

Quando a morte encontra as línguas, elas estão vivas

When death meets languages, they remain alive

Valdir Heitor Barzotto

Universidade de São Paulo (USP), Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1564-9550>

E-mail: barzotto@usp.br

Sheila Perina de Souza

Universidade de São Paulo (USP), Brasil

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4819-9066>

E-mail: sheila.perina.souza@usp.br

Recepción: 1.07.2022

Aprobación: 3.12.2022



Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre os atentados à vida das línguas africanas, que vivenciam a colonização, por meio das atitudes linguísticas frente a elas no período colonial e na atualidade. Discutimos a metáfora de morte direcionada às línguas, utilizamo-nos do conceito de necropolítica aplicado à língua, discorremos sobre o direito de matar estendido às línguas africanas na sociedade colonial e, especificamente, refletimos sobre os atentados à vida das línguas, lançando um olhar para as atitudes linguísticas frente ao kimbundu, língua de Angola. Diante das análises, observamos duas atitudes linguísticas: a) Ausência de nomeação e especificação da língua a que pertence o vocabulário em kimbundu; e b) Tratamento diferenciado entre as línguas europeias e africanas. Consideramos que essas atitudes linguísticas são oriundas de discursos pertencentes à mesma formação discursiva colonial, e atentam contra a vida das línguas africanas ainda hoje. Observamos uma certa limitação do uso dessas línguas em relação às línguas de origem europeias. Consideramos que no âmbito da linguagem, a necropolítica na colônia era pautada pelo desejo de morte social das línguas africanas expresso por meio de leis que proibiam o seu uso. Hoje as ações necropolíticas também podem ser expressas pelas atitudes que buscam circunscrever as línguas africanas a espaços específicos, atribuindo menor valor social quando comparadas às línguas europeias. Apesar das diferentes ações necropolíticas vivenciadas desde o período colonial, as línguas africanas seguem vivas.

Palavras-chave: línguas africanas, kimbundu, necropolítica, atitudes linguísticas

Abstract: This paper aims to reflect on the attempts on the lives of African languages, which experienced colonization, through the linguistic attitudes towards them in the colonial period and today. We discuss the metaphor of death directed at languages, we use the concept of necropolitics applied to language, as it concerns the control of the right to live or die, we discuss the right to kill extended to African languages in colonial society, and, specifically, we reflect on the attempts on the life of languages that suffered colonization even today, and we look at the linguistic attitudes towards Kimbundu, the language of Angola. In view of the analyses, we observed two linguistic attitudes: a) absence of naming and specifying the language to which the vocabulary in Kimbundu belongs; and b) differentiated treatment between European and African languages. We believe that these linguistic attitudes stem from discourses belonging to the same colonial discursive formation and threaten the life of African languages even today. We observe a certain limitation of the use of these languages, just as in the colonial period, there is a circumscription of the space that African languages should occupy, they are not in equal space in the text in relation to the languages of European origin. We consider that in the realm of language, necropolitics in the colony was guided by the desire for the social death of African languages in society expressed through laws that prohibited their use. Today necropolitical actions can also be expressed by attitudes that seek to circumscribe African languages to specific spaces, assigning less social value when compared to European languages. Despite the different necropolitical actions experienced since the colonial period, African languages are still alive.

Keywords: African languages, Kimbundu, necropolitics, language attitudes

INTRODUÇÃO

Há um provérbio africano que diz “Quando a morte encontrar você, que ela o encontre vivo”. Quando a morte vai ao encontro das línguas africanas faladas em Angola, ele encontra línguas vivas, ainda que, por vezes, sejam tratadas como moribundas, ou que sofram atentados contra sua vivacidade.

As reflexões que se iniciam aqui buscam percorrer caminhos que transitam entre dois mundos, o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. É nesse entre-meu entre a vida e a morte que estão os vivos. Sejam humanos, sejam suas línguas. E como diz o ditado popular falado em Angola, e no Brasil “para morrer basta estar vivo”. Propomos refletir sobre atentados à vida de línguas faladas em Angola por meio das atitudes linguísticas frente a elas em textos literários e no manual escolar de língua portuguesa, acreditando que isso ajudará a compreender melhor também outros contextos.

A compreensão da metáfora da morte de uma língua pode ser concebida por meio de diferentes perspectivas. Heller-Roazen (2010) considera que uma língua, após ter feito seu percurso de vida, alcança um limite no qual ela deixa de ser ela própria, fazendo referência ao processo vivido pelos seres orgânicos. Esse limite tem sido nomeado como morte. O pesquisador defende que, frequentemente, o fim de uma língua não se dá de forma repentina, mas gradualmente e por

vezes imperceptivelmente. Sendo assim, as línguas não morrem, mas transformam-se em outras. “Aquilo que alguns caracterizam como um momento de morte, em muitos casos, não é acontecimento algum, mas um limiar pelo qual cada idioma deve passar em sua inevitável “transição de um sistema linguístico a outro” (Heller-Roazen, 2010, p. 60).

A concepção de morte, e também vida, trazida por Heller-Roazen (2010), a respeito da existência do percurso natural da língua, parece-nos bastante pertinente para examinar o caso do português que é ampliado pelas línguas locais nos diferentes territórios para onde foi levado durante a colonização, à medida que há uma transição de um sistema linguístico a outro.

No entanto, esse percurso natural, por vezes é negatizado. No caso do português brasileiro, quando temos ocorrências que não correspondem à imagem que se tem do que seja a língua em sua norma padrão brasileira, pode-se ouvir a afirmação: “Fulano assassinou a língua portuguesa”. O que é compreendido como um assassinato de uma língua, pode ser justamente estratégia de adiamento da morte de uma variedade rejeitada ou de uma língua em formação.

Portanto, a língua portuguesa não é assassinada, os diálogos cotidianos não são suficientes para o assassinato de uma língua. Pelo contrário, ela é transformada primeiramente com as mudanças ocorridas do latim, passando pelo latim vulgar, até chegar ao português que conhecemos, necessidades do contexto em que é falada.

Em nosso trabalho, alinhamo-nos com outros autores que chamam a atenção sobre os processos artificiais que pretendem levar uma língua viva ao caminho em direção a morte de causas não naturais. Aquino, Campbell e Muntzel (1989) apontam diferentes situações de morte de línguas que têm em comum o fato de a morte ter sido provocada, desvinculando-se do processo de transformação de uma língua em outra.

Uma dessas situações, nomeada de morte repentina, diz respeito aos casos em que uma língua desaparece abruptamente quando um enorme contingente de seus falantes morre repentinamente. Outra é a que os autores chamam de morte radical, que se aproxima da morte repentina, pois a perda da língua é rápida e normalmente consequência de repressão política, em situações que os falantes param de falar sua língua como autodefesa. Uma terceira situação é a morte gradual, em que ocorre a perda de uma língua devido a sua mudança gradual para a língua dominante, em situações de contato em que inicialmente há um bilinguismo, que

se encaminha para a subordinação de uma das línguas. E por fim, a morte de baixo para cima, que acontece quando a língua é perdida nos contextos de intimidade familiar, mas permanece em alguns rituais.

Do nosso ponto de vista, todas as situações apontadas podem ser estudadas na perspectiva da permanência das línguas e não da morte. Em especial a segunda - mas não só - uma vez que há muitos exemplos de resistência feita justamente por meio do uso da língua que foi proibida.

A situação a respeito da qual estamos refletindo diz respeito à realidade vivenciada no território hoje denominado Angola, que conta com dezenas de línguas locais distribuídas regionalmente, ao mesmo tempo em que o português é a língua oficializada, inclusive para o ensino. Na capital do país, Luanda, é comum encontrarmos jovens luandenses que alegam não falar as línguas de seus pais. A partir de Aquino, Campbell e Muntzel (1989), poderíamos classificar o contexto vivenciado em Luanda no processo em direção à morte gradual. Entrevistamos um professor universitário, em 2014, de aproximadamente 30 anos, que afirmava que não sabia falar kimbundu, língua de seus pais. No entanto, na cotidianidade observamos a fluência do jovem professor no calão, português que se distancia da norma padrão do português usado em Angola, e traz elementos estruturais e lexicais do kimbundu e outras línguas locais. Tal realidade poderia colocar em xeque a informação de que o professor não sabia falar o kimbundu.

Podemos aproximar do que diz Barzotto (2013):

não tendo sua variedade materna reconhecida entre as componentes da língua nomeada com a expressão Língua Portuguesa, o falante vai absorvendo outra, fragmentariamente, que estou chamando de “língua materna postiça”, ou seja, recebida de um círculo social que não foi o primeiro, no qual entrou na ordem da linguagem, constituindo-se em sujeito. (Barzotto, 2013, p. 2)

Estamos diante do que chamamos de imagem de língua. Conforme afirma Barzotto (2013), no Brasil há uma imagem do que seja a língua portuguesa ensinada na escola e outra imagem que corresponde ao que é falado por cada um dos falantes. Do mesmo modo, a julgar pela entrevista que nos serve de base para esta reflexão, há uma imagem do que seja o kimbundu e do que seja o kimbundu que faz parte do calão. Ou ainda, este último é reconhecido como um falar autônomo e o kimbundu que o compõe já não é reconhecido como tal. Em outras situações, corroborando essa divisão entre as imagens de língua, pode-se ouvir de um cidadão angolano em conversas cotidianas dizer: “Eu falo kimbundo, mas o verdadeiro é o da região x”.

O fenômeno vivenciado em Angola, é repleto de um emaranhado de complexidades que envolve a violência linguística decorrente do colonialismo. Apesar

da existência das dezenas de línguas locais, a língua oficial para o ensino nas escolas de Angola é o português, assim como a estrutura formal das cidades é em português. Compreendendo a dinâmica das relações após a colonização, poderíamos considerar também, que está em curso um projeto de uma morte radical, pois o não uso das línguas maternas pelas gerações mais novas poderia ser entendido como uma estratégia de autodefesa, visto que a sociedade é estruturada em língua portuguesa.

De nossa parte, não pretendemos imprimir sobre o território angolano a ideia de que as línguas locais estão morrendo.

A tentativa de demonstrar que uma língua chegou ao seu ponto terminal não pode senão, ser motivada para o bem ou para o mal, por um impulso poderoso, ainda que inconfesso, que tem pouca ligação com a fala, e muita com os desejos daqueles que seriam seus guardiões, que com frequência parece estar desesperadamente em busca da certeza de que uma língua finalmente repousa em paz, enterrada em um túmulo do qual nunca se levantará. Todo atestado de óbito permanece sendo escrito no idioma de seus redatores (Heller-Roazen, 2010, p. 57).

Buscamos nos distanciar do veredito de óbito, para discorrer a respeito dos processos necropolíticos que essas línguas têm vivenciado e que caminham na direção de imprimir sobre elas a imagem de línguas moribundas que caminham em direção a morte. Ao mesmo tempo queremos enfatizar as estratégias de adiamento da morte empreendida por essas línguas que sofrem atentados desde o período colonial, mas continuam vivas.

NECROPODER: A ESCOLHA DA LÍNGUA QUE PODE VIVER OU MORRER

Achile Mbembe (2016), no ensaio "Necropolítica" considera, a partir de Foucault, que o direito soberano de matar e os mecanismos do biopoder estão inscritos na forma em que funcionam os Estados modernos. Destacando o Estado nazista como mais completo exemplo de Estado que exerceu o direito de matar, Mbembe (2018), aponta que as premissas materiais do extermínio nazista podem ser encontradas no imperialismo colonial.

(...) o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar em qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com fantasias geradas colonialmente, caracterizadas por terras selvagens, morte e ficções para criar um efeito de real. A paz não constitui necessariamente a consequência natural de uma guerra colonial. De fato, a distinção entre guerra e paz não é pertinente. As guerras coloniais são concebidas como a expressão de uma hostilidade absoluta que coloca o conquistador contra um inimigo

absoluto. Todas as manifestações de guerra e hostilidade marginalizadas pelo imaginário legal europeu encontraram lugar para reemergir nas colônias. (Mbembe, 2016, p. 134)

Mbembe (2016) aponta que nas colônias a violência constitui a forma original de direito. Em diálogo com Fanon (1968), no livro “Os condenados da Terra”, o autor reflete sobre o modo como a ocupação colonial implica, acima de tudo, na divisão do espaço em compartimentos.

Para Fanon (1968), a sociedade que vive sob o jugo da colonização é uma sociedade cindida: de um lado, configura-se o espaço do colonizado; de outro, o espaço do colonizador. E este maniqueísmo tende a desumanizar o colonizado, já que o colonizador detém a humanidade e a superioridade. “E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Faz alusão aos movimentos répteis do amarelo, às emanações da cidade indígena, às hordas, ao fedor, à população, ao bulício, à gesticulação.” (Fanon, 1968, p. 31). A cultura da população local é frequentemente associada aos aspectos animais; sua religião é reduzida; suas instituições são diminuídas; e, suas línguas são desprezadas.

Mbembe (2016), reflete sobre o direito soberano de matar nas colônias, a partir de Fanon (1968), demonstrando a operacionalização do necropoder:

A cidade do povo colonizado (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, com uma cidade sobre seus joelhos. (Mbembe, 2016, p. 135).

Os fatos acima descritos sobre o período colonial dizem respeito à necropolítica, conceito filosófico desenvolvido por Mbembe (2018), compreendido como uso do poder social e político, nas diferentes formas de dominação e exercício do poder para regular o direito de viver ou morrer. Nas colônias, a vida dos colonizados estava sob o jugo dos colonizadores, poderíamos falar de atentados à morte física e à morte cultural. Mondlane (1969), reflete sobre o modo como a educação atentou sobre a vida cultural dos africanos.

Era necessário que o próprio africano adquirisse desprezo por sua própria origem. Nos territórios portugueses, a educação para os africanos tinha dois objetivos: formar um elemento da população que atuaria como intermediário entre o estado colonial e as massas; e inculcar uma atitude de servilismo no africano educado. (Mondlane, 1969, p. 3, tradução nossa)

Ao longo da escolarização colonial, buscou-se eliminar culturalmente o africano, e é nessa dinâmica que as línguas africanas começam a sofrer atentados. Vem desse período a negação dessas línguas. Um marco importante que

estabelece na legislação o desejo de morte das línguas africanas na sociedade colonial, e de modo específico no contexto escolar é o decreto nº 77, promulgado por José Mendes Ribeiro Norton de Mateus, governador de Angola.

Art.1º -É vedado na catequese das missões, nas suas escolas e em quaisquer relações com os indígenas, o emprego das línguas indígenas por escrito;

Art. 2º - Não é permitido ensinar, nas escolas das missões, línguas indígenas;

Art.3º - O uso da língua indígena só é permitido, em linguagem falada, na catequese. (Chicuna, 2014, p. 41)

Podemos observar o desejo de morte social das línguas africanas na sociedade colonial. Não se trata de uma morte natural, pelo contrário, é um projeto de morte proposto pelo Estado colonial. Utilizamos-nos do conceito de necropolítica aplicado à língua, pois diz respeito ao controle do direito de viver ou morrer.

Ainda que se possa amenizar a afirmação de que foi adquirido desprezo pelo que lhe é próprio em relação às culturas africanas, é possível notar um trabalho conjunto no encaminhamento de uma língua ao encontro da morte. Seguindo a reflexão de Mondlane (1969) e de Heller-Roazen (2010), citados neste item, colaboram nessa empreitada desde o ‘cientista’ que atesta o desejo de ser o guardião do túmulo de uma língua, cuja morte ele próprio atestou em seu idioma, até o falante - que talvez o siga sem maiores questionamentos -, que prefere declarar em público que não sabe a língua que usa em boa medida no dia a dia. ‘Cientistas’ e falantes desviam-se da responsabilidade de assumir a existência de determinada língua.

O PROJETO DE MORTE DAS LÍNGUAS AFRICANAS EM TEXTOS LITERÁRIOS

Ciente do projeto do Estado colonial que atentou contra as línguas africanas, analisamos recortes do livro “A rainha Ginga: E de como os africanos inventaram o mundo” escrito por Agualusa (2015). Pretendemos olhar para as atitudes linguísticas diante das línguas presentes no livro.

O livro apresenta uma história ambientada no período colonial, que tem como personagem principal a Rainha Ginga, considerada uma das principais soberanas do território atualmente denominado Angola, que se destacou por sua inteligência bélica, hoje vista como símbolo da resistência ao colonialismo português. No livro, sua história é narrada por um padre brasileiro, que é seu tradutor e secretário, ajudando-a na relação com os colonizadores.

Em nossa reflexão, focaremos os recortes que apresentam situações em que as línguas denominadas como africanas, europeias e indígenas são tematizados. Optamos por traçar paralelos entre as menções feitas a respeito do kimbundu e aquelas feitas em outras línguas europeias ou indígenas.

TABELA 1 – PALAVRAS DE ORIGEM AFRICANA E EUROPEIA

Língua Africana	Língua Europeia
(...) e disse que mandara construir uma outra casa para mim, no local onde a primeira ardera, e que mandaria mais escravos para me servir, pois embora eu fosse ainda muito moço, o meu espírito era o de um ancião, um macota ou diculundundo, como diz em os ambundos, e me tinha por isso em grande consideração. (AGUALUSA, 2015, p. 27)	Em alemão liberdade diz-se freiheit. Vem de freihals — frei hals — que significa «pescoço livre». Liberdade é viver sem o peso de uma cadeia de ferro ao pescoço. (AGUALUSA, 2015, p.44)
Excerto 1	Excerto 2

Fonte: Produção dos autores

No excerto 1, o autor traz os termos em kimbundu *diculundundo* e *macota* e apresenta a informação “como dizem os ambundos”. Chamamos a atenção para 2 elementos: a) ambos estão explicados antes em palavras do português; b) o povo está apresentado e a língua omitida. No excerto 2, quando apresenta um termo em alemão o autor faz menção a língua, e desenvolve uma breve reflexão sobre a etimologia da palavra liberdade. Aqui chamamos a atenção para: a) a língua é nomeada e não o povo; b) apresenta-se a etimologia e o significado da palavra em uma parada no fluxo da narrativa. Há certa diferenciação no rigor na apresentação das palavras oriundas de diferentes línguas.

Observemos outros trechos:

TABELA 2. PALAVRAS DE ORIGEM AFRICANA, EUROPEIA E INDÍGENA

Língua Africana	Língua Europeia	Língua Indígena (América)
Nessa noite acampámos num largo areal, ou musseque, como se diz em Angola, atrás da fortaleza. Alguns homens aproximaram-se, a coberto das sombras da noite, para que as ciganas lhes lessem a sina (AGUALUSA, 2015, p.47)	A isolamento das carpideiras comunicou-se a toda a quibuca, e só então compreendi que nos traziam a notícia da morte de Quizua Quiazele. Fora devorado por um desses gigantes lagartos a que alguns eruditos chamam crocodilos, nome que vem do grego, com o significado de larva das pedras (AGUALUSA, 2015, p.22)	Os mesmos lagartos se assemelham àqueles que no Brasil os índios denominam jacarés, significando esta palavra «aqueles que olham de lado». Os lagartos africanos são maiores e mais ferozes — mas também eles nos olham de lado, ou de caxexe, como se diz em Luanda. (AGUALUSA, 2015, p.22)
Excerto 3	Excerto 4	Excerto 5

Fonte: Produção dos autores

No excerto 3, o autor usa o termo “musseque”, e diz “se diz em Angola”. Não há um esclarecimento a respeito da língua a que esse termo pertence, ou mesmo se se trata de um termo pertencente a uma língua franca. Além disso, em qual época de Angola esse termo é usado, quando a narrativa se passa não existia Angola como nação como existe hoje?

No excerto 4, ao usar o termo crocodilo, o autor preocupa-se em resgatar a origem do grego que significa larva das pedras, há uma parada no fluxo da narrativa. Ao usar a palavra ‘jacaré’, segundo o narrador usada no Brasil pelos indígenas para nomear o animal que se assemelha ao crocodilo, não é particularizada uma língua. Não há uma especificação quanto ao povo, nem a respeito de qual das centenas de línguas indígenas utiliza o termo jacaré.

Por fim, no excerto 5, traz a afirmação de que os lagartos africanos são mais ferozes, mas não resgata o termo usado na cultura local para designá-los. Como aproximação entre os dois animais, apresenta a característica de “olhar de lado”, ou “de *caxexe*, como se diz em Luanda”, trazendo a afirmação de que é como se diz em Luanda, não há uma designação a respeito da língua. Novamente, não há menção à língua na qual se usa a expressão “de *caxexe*”. E chama a atenção ainda a afirmação “como se diz em Luanda”. Ao longo da narrativa a relação língua e espaço geográfico onde é falada é controversa. Nos excertos 2 e 3, temos “em Angola” (num tempo em que Angola não estava estabelecida), e no excerto 5 “em Luanda” e “no Brasil”.

Diante desses excertos observamos algumas atitudes linguísticas na literatura:

- a. Ausência de nomeação e especificação da língua a que pertence;
- b. Tratamento diferenciado entre as línguas europeias e africanas.

Essas atitudes linguísticas na literatura atentam contra a vida das línguas africanas. Observamos uma certa limitação do uso dessas línguas, assim como no período colonial, há uma circunscrição do espaço que as línguas locais devem ocupar, elas não estão em igualdade de espaço no texto.


Esse movimento de circunscrever as línguas africanas a um espaço menor em relação a outras línguas pode ser observado também no material didático. Lançamos um breve olhar para o Manual de língua portuguesa da 6ª classe (MES-QUITA & GAMA, 2018), o livro circula como recomendação do Ministério da Educação na rede pública de educação de Angola.

Observemos o texto “O pescador” e depois o tratamento dado aos vocabulários no final do texto.

FIGURA 1 – PÁGINA DO MANUAL

O pescador

A pesca é a profissão apaixonante do Muxiluanda⁽¹⁾ e a razão de ser da sua vida. A pesca tanto pode ser feita à linha ou à rede de tarrafa, utilizando-se em todos os tipos uma canoa, barco estreito escavado no tronco de uma mufuma.



Para adquirirem as canoas, não tendo a ilha árvores que lhes dessem a matéria-prima, os Axiluanda iam, como ainda hoje vão, à Cabiri, à Funfa e ao Zenza do Golungo.

São ali os grandes mercados e as zonas de construção deste artigo naval. Logo que as adquirirem, regressam pelo mar, depois de terem descido o rio Bengo. Chegadas à ilha, deixam-nas mergulhadas dentro do mar, junto à praia, por um espaço de 3 a 4 dias, para que os bichos introduzidos na madeira desapareçam. Em seguida, submetem-se as canoas a novo ataque insecticida: fazem uma foguetra com capim e nesta vão queimando superficialmente as canoas, a toda a volta. Os bichos, que porventura não tenham morrido com a água salgada, vão desaparecendo sob acção do fogo. Fimda esta operação, tem de se proceder a outra, a fim de dar uma maior resistência às canoas. Pintam-nas então com alcatrão por fora e depois deixam-nas secar, o que levará uns 4 a 5 dias... Agora já sem bichos e com a pintura de resistência, colocam-se os bancos, que são de madeira vulgar. Do tamanho das canoas, depende o número de bancos, o qual, em regra, vai de 3 a 6, sentando-se em cada banco uma pessoa. As peças acessórias também são feitas pelos Axiluanda; a vara de ximbicar⁽²⁾ os remos – feitos com um pau e uma tábuá toscamente pregada –, o pau de direcção e uma vela.

Ana de Sousa Santos (adaptado)

⁽¹⁾ Muxiluanda (singular) – habitante da ilha de Luanda. Axiluanda (plural).
⁽²⁾ Vara de ximbicar – vara de bordo para ajudar a remar.

Vocabulário

Tarrafa – rede que se atira de lança (apanha-se o peixe de uma só vez).

Apaixonante – preferida.
 Artigo naval – artigo de navegação.
 Ataque insecticida – luta contra os insectos.
 Superficialmente – ligeiramente; sem aprofundar.
 Peças acessórias – peças pouco importantes.
 Toscamente pregada – mal pregada.

Fonte: (MESQUITA & GAMA, 2018).

No manual de língua portuguesa é apresentado um texto sobre pesca que narra algumas tarefas do pescador habitante da ilha de Luanda. Ao final do texto, são apresentados os significados das palavras em dois espaços distintos, o primeiro em uma nota de rodapé e o segundo no quadro em destaque escrito vocabulário.

Há duas notas no rodapé, uma palavra e uma expressão. Na primeira nota está a palavra “Muxiluanda” entre parênteses (Singular), e depois explica-se que é o habitante da ilha de Luanda. Depois é colocado Axiluanda (Plural). Na nota

de roda pé não há menção a qual língua pertence a palavra, caberá ao estudante inferir que se trata de uma palavra da língua kimbundu.

Na segunda nota é apresentada a expressão “Vara de Ximbicar” que segundo o manual é uma vara de bordão para ajudar a remar. Apesar de não constar no manual, trata-se de uma expressão do português angolano. Ximbica é uma palavra proveniente do kimbundu, um cordão fino e forte usado na pesca. Na frase acima ximbica foi flexionado e tornou-se o verbo do português angolano, ximbicar, dando origem a expressão vara de ximbicar.

Tanto a palavra em kimbundu, como a frase na variedade do português angolano influenciada por essa língua tiveram seus significados circunscritos a um pequeno espaço no rodapé, sem, no entanto, haver especificação quanto a sua origem. Enquanto as palavras do português da norma de Portugal, receberam um quadro grande e com destaque escrito “vocabulário”.

No exemplo acima, observamos uma certa limitação espacial da língua kimbundu, e da variedade do português por ela influenciada no texto. O português na norma padrão de Portugal, o kimbundu e o português angolano não gozam de paridade espacial no texto, assim como no período colonial, há uma circunscrição do espaço que as línguas locais devem ocupar. Vemos as mesmas atitudes presentes na literatura, a) Ausência de nomeação e especificação da língua a que pertence e b) Tratamento diferenciado entre as línguas europeias e africanas estão presentes nesse texto do manual da língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto no livro literário, quanto no livro didático há certa regularidade no modo de tratamento do kimbundu, na ausência de nomeação e no tratamento diferenciado quanto às informações a respeito das origens de seu vocabulário. Consideramos que essas atitudes linguísticas são oriundas de discursos pertencentes à mesma formação discursiva.

A formação discursiva pode ser entendida como um conjunto de enunciados, semelhantes sistema de dispersão, marcados pela mesma regularidade (Foucault, 2009).

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações),

diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade” (Foucault, 2009, p. 43)

Resgatando o conceito de necropolítica de Mbembe (2016), presente no período colonial, a respeito do direito soberano de matar, consideramos que discursos veiculados à necropolítica colonial ainda circulam na sociedade atual.

No âmbito da linguagem, a necropolítica na colônia era pautada pelo desejo de morte social das línguas africanas na sociedade expresso por meio de leis que proibiam o seu uso. Hoje as ações necropolíticas no campo da linguagem também podem ser expressas pelas atitudes que buscam circunscrever as línguas africanas a espaços específicos no texto e na sociedade atribuindo menor valor social quando comparadas às línguas europeias.

Desde a invasão dos portugueses, aquém das diversas ações necropolíticas, encontram-se vivas as línguas de Angola, desde então elas seguem seu caminho de vida. Já disse Paulina Chiziane (2002) “A vida é como a água, nunca esquece o seu caminho. A água vai para o céu, mas volta a cair na terra. Vai para o subterrâneo, mas volta à superfície. A vida é um eterno ir e voltar.”

A despeito das violências sofridas, do tratamento diferenciado e da ausência de nomeação, as línguas africanas seguem ao longo dos séculos resistindo, como a água nunca esquecem o seu caminho repleto de estratégias de sobrevivência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agualusa, J. E. (2015). A rainha Ginga e de como os africanos inventaram o mundo. Foz.
- Barzotto, V. H. (2013). Que língua é essa!? Se português é isso aí, então, eu não sei português. In S. F. Campos & V. H. Barzotto (orgs), Ensino da leitura e da escrita. EDUFRRN.
- AQUINO, L. Campbell, L. and Muntzel, M. 1989. As Consequências estruturais da morte de línguas. Revista Brasileira de Linguística Antropológica, 11(2).
- Chiziane, P. (2002). O sétimo juramento. Círculo de Leitores.
- Chicuna, A. M. (2014). Portuguesismos nas línguas bantu: Para um dicionário português-kiyombe. Colibri.
- Fanon, F. (1968). Os condenados da terra. Civilização Brasileira.
- Foucault, M. (2009). A arqueologia do saber. Forense Universitária.
- Heller-Roazen, D. (2010). Ecolalias: Sobre o esquecimento das línguas. Unicamp.
- Mbembe, A. (2018). Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. N-1.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. Arte & ensaios, 2(32), 122-151
- Mondlane, E. (1969). The struggle for Mozambique. Penguin Books.
- Mesquita, H., & Gama, M. (2018). Manual língua portuguesa 6.ª classe. Moderna.